

(Texto sem revisão.)

 **PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Temos quórum. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença, particularmente os municipais, as municipais, sua direção, hoje, nós teremos um debate muito sério aqui, muito sério. É verdade que, via de regra, esses debates aqui são sérios, mas o de hoje traduz uma divergência que se tem de encaminhamentos e que é muito séria mesmo; será na reunião conjunta das comissões. E aí, meu caro João Gabriel, João Ezequiel, perdão, João Ezequiel, nós vamos ter um debate muito aprofundado sobre os motivos pelos quais o governo municipal quer se isentar ou diminuir a sua cota patronal na Previdência dos municipais. Eu vou trazer matérias aqui, eu vou trazer dados aqui, eu trarei – querida Cindi – elementos para verificarmos todos que o governo municipal abre mão de receita. Portanto, não pode encaminhar um projeto desse e esperar que tenha a nossa aprovação. Não pode estar abrindo mão de receitas que não precisaria abrir, há muito tempo, e agora mais ainda. E esses dados virão, hoje, na nossa discussão quanto à reunião conjunta das comissões. Por isso é importante, e já concluo, Presidente, que nós estejamos todos e todas aqui acompanhando esse trabalho e nos manifestando. E eu trarei esses dados oportunamente aqui e tenho certeza de que os vereadores serão sensíveis a esses argumentos. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro; ex-Presidente Hamilton, sempre Presidente desta Casa também; vereadores e vereadoras, público que assiste pela TVCâmara, trabalhadores municipais que se encontram aqui conosco, nós temos uma série de temas que temos desenvolvido e lutas importantes pela frente para esse processo de reconstrução, e, agora, ao invés do governo tomar medidas efetivas para melhorar a situação da população, o governo, mais uma vez, trata de utilizar - e isso é uma metodologia muito feia - a enchente para atacar os interesses públicos. É incrível isso, é um negócio impressionante. O governo não resolve nada, não tomou medidas necessárias em relação aos auxílios, pagando menos do que a Câmara votou, inclusive, e utiliza a enchente para fazer uma política de ajuste, de ataque aos servidores públicos, como se os servidores públicos não tivessem sido vítimas também das enchentes em Porto Alegre. O governo não garante a antecipação do décimo terceiro salário, por exemplo, não faz nada para garantir. O Estado já pagou e o Município não paga. O piso da enfermagem, que o governo também não paga, já deveria ter pago, e ainda sem pagar o que os municipais têm direito, o governo vem com esse projeto que insiste para colocar em votação, na reunião conjunta das comissões, de não pagamento da parte patronal da aposentadoria dos servidores. Mas isso é um escândalo! Quer dizer, além do mais, olha o detalhe, o pagamento seria retomado a partir de janeiro do ano que vem, quando eu tenho certeza de que o Melo não será mais prefeito, aí ele quer que o próximo governo pague. Dá um calote agora, com a desculpa da enchente, não garante a antecipação do décimo terceiro salário, que é até o Eduardo Leite garantiu, e o Melo não garante, assim como não garante o piso da enfermagem, e quer ainda colocar a mão na aposentadoria dos servidores com o argumento da enchente. Pois nós vamos trabalhar contra esse projeto, trabalhar contra, tanto que, e acho que é muito importante, o Simpa já pediu uma audiência pública, que é o básico, uma audiência pública é básico. Quando eu recebi esse projeto já disse que tem que ter audiência pública, porque não é assim, o governo tem que explicar. Além do mais, o governo não explica, não tem transparência nos gastos em relação, inclusive, à reconstrução de Porto Alegre. Por isso a oposição

será contrária a esse projeto. Eles podem conseguir aprovar a tramitação mais rápida via votação na comissão, nas conjuntas, mas eles não podem aprovar antes da audiência pública, e vai ter audiência pública. Portanto, esse projeto terá que ser discutido, nós vamos discuti-lo, vamos demonstrar que o interesse do governo é fazer caixa com a aposentadoria dos servidores, e não melhorar a cidade de Porto Alegre. Na verdade, a desconfiança que eu tenho é que o governo está pensando em utilizar recursos públicos, para se colocar numa posição melhor diante da disputa eleitoral, e ainda tem a cara de pau de definir que é o próximo governo que vai pagar a conta que ele deveria pagar. Portanto nós vamos fazer a luta política para impedir essa barbaridade, assim como - e com isso concluo, Presidente Mauro - vamos fazer a luta política sobre um outro projeto que tem nesta Casa, para garantir que não seja aprovado o projeto que prevê que o governo Melo pode, por decreto, aumentar a idade da frota de ônibus. Já é uma idade elevada. O sistema de transporte já está sucateado. Os ônibus já estão numa situação pior do que estavam antes da enchente, os horários não estão sendo cumpridos, quando, na verdade, nós teríamos condições de fazer uma revolução no sistema de transporte garantindo uma mudança no financiamento do sistema, fazendo com que os empresários sejam os que paguem o sistema de transporte, garantindo tarifa zero e serviço de qualidade. Como o sistema de transporte público não é prioridade desse governo, como esse governo é um governo privatista, neoliberal e autoritário, evidentemente que, enquanto esse governo durar, nós não teremos melhorias. Mas nós vamos resistir, para que a situação não piore, e os projetos que o governo tem na Casa são projetos que pioram a situação. Muito obrigado

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão. Hoje divulgamos um vídeo, mais uma vergonha nesta capital. Ontem eles disseram: "Estamos seguros, fechamos as comportas." Aí olhando a comporta nº 4, sete centímetros, um vão de sete centímetros! Aí eles colocam saquinhos de areia para simular a segurança; é o prefeito dos sacos de areia literalmente. Espalhou lá no conduto forçado, que ele chamou de *bags*, é para ficar chique, é nome inglês, vejam só, daí a gente se sente mais seguro, já que os Estados Unidos, uma potência, então a gente chama de *bag*, dá uma segurança lá, no conduto forçado na Av. Polônia, sacos de areia em cima do bueiro. É a Prefeitura do improviso, do deboche com a cidade, encheu de saco de areia no Centro, já tinha saco de areia, que foi justamente uma comporta que estava avariada que deixou alagar todo o Centro - os comércios, os térreos -, e até agora a Prefeitura não disse como vai pagar, ressarcir. É, esta Prefeitura tem que ressarcir, não vem nenhum projeto para cá. Aí o prefeito foi lá na reinauguração do Mercado Público, que foi limpo pelos mercadeiros, o prefeito estava lá dizendo: "Estamos aqui, agora vai começar, agora a cidade vai ser reconstruída." Aí ele manda para cá um projeto, quer reconstruir a cidade, metendo a mão no direito dos aposentados. Olha que facilidade é para o prefeito incompetente ter um Previmpa, um importante órgão, que é para ter saúde financeira para aqueles que fizeram esta cidade ficar de pé, porque esse muro não subiu sozinho. Essas comportas, essas casas de bombas foram construídas por municipais e municipais, servidores públicos que agora o governo quer vilipendiar novamente, metendo a mão em R\$ 77 milhões. Ele não quer repassar a cota patronal e acha que o Previmpa é um banco, que chego lá e pego, e nem diz qual é a taxa, quando tiver que devolver o dinheiro. Não dá segurança nenhuma para devolver e não diz qual o índice de correção; portanto, essa é a primeira fragilidade do projeto, um projeto inconstitucional que deve ser derrubado, porque nós devemos ir a favor da legislação. Primeiro, vai pegar o dinheiro e não diz como vai devolver. Segundo, esse projeto não passou pelos conselhos do Previmpa, portanto ele é um projeto inútil, não tem, neste momento, Conselho Administrativo e nem Fiscal. Parabéns à direção do Simpa,

todas as municipais e os municipais que estão aqui nas galerias. Onde já se viu um projeto sem assinatura dos conselhos que fiscalizam, que são os órgãos ali de regulação? Porque ele desmanchou os conselhos de forma irresponsável, este é o Sebastião Melo, o prefeito dos sacos de areia. Mas hoje nós não vamos deixar que aconteça mais um ataque ao Erário por causa de R\$ 124 milhões, que essa Prefeitura perdeu, que era para fazer as obras de manutenção no sistema de prevenção contra as cheias. Agora, eles querem chegar com a mão grande no Fundo Previdenciário, como se fosse um banco. Melo, vai até aos bancos e conversa com os bancos, para ver se algum banco vai te dar dinheiro sem tu dizeres como tu vais devolver o dinheiro, como tu vais pagar. E por favor, 60 prestações? É tudo muito simples, muito fácil quando é contra o servidor público, que inclusive esta Prefeitura vergonhosa deve impressionantes 30% de reposição salarial. Eu fico pensando: será que não se consegue ficar no lugar de enfermeiras, técnicas de enfermagem, assistentes sociais, professoras, monitoras, enfim, todos os cargos da Prefeitura que durante longos anos, décadas, contribuíram para ter a sua previdência, a sua segurança na terceira idade, e agora ela está ameaçada a cada momento.

Este não é o primeiro assalto que a Prefeitura quer fazer ao Previmpa, o maior assalto que este governo fez foi a ressegregação de massas, que pegou mil pensões do regime simples, que não são reponsabilidade do Previmpa e jogou lá para dentro, tudo por conta daquela turma bolsonarista lá em Brasília que autorizou essa vergonha e a Câmara que votou. Lá começou o assalto, porque são mil pessoas que estão sendo pagas pelo regime capitalizado, quando a Prefeitura tinha o regime simples no passado e deveria honrar. Está tudo muito fácil quando se trata de previdência. Aí botem a mão nas consciências, porque isso vai cada vez mais corroendo o futuro.

É assim que começa a falência dos sistemas previdenciários, e a gente já viu, vocês lembram bem do caso da Varig, até hoje as pessoas que achavam que estariam aposentadas pelo fundo da Varig, que foi golpeado, é assim que começam os golpes aos trabalhadores, tem que ter respeito por quem trabalha, respeito por quem produz educação, saúde, assistência. É isso que a gente

precisa saber, é isso que a gente tem que Ver. Nós temos que ter honra com o Erário e seriedade com o dinheiro do povo. Esse dinheiro do Previmpa é das municipais e dos municipais que contribuem com 14 impressionantes percentuais todo mês, e a Prefeitura só com 21%. E aí a Prefeitura não tem dinheiro? Mas para dar isenção aos poderosos tem, mandou mais de R\$ 100 milhões para as empresas de ônibus e só de isenção de IPTU para a Fraport – do aeroporto – mais de R\$ 70 milhões. Pede de volta os R\$ 70 milhões da Fraport, antes de pegar o dinheiro dos municipais. O PT vai votar contra essa vergonha.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste, é bom lembrar ao Ver. Jonas, que vem aqui e fala e vocês aplaudem, que o governo federal – saiu uma reportagem hoje e era bom ler – libera prefeituras gaúchas de recolhimento da previdência de servidores municipais. Governo federal! Federal! Ministro Pimenta autoriza que municípios do Rio Grande do Sul com reconhecimento oficial do estado de calamidade pública ou de emergência, em razão da enchente, poderão deixar de recolher a previdência dos servidores municipais até o final de 2024.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vocês não vão ouvir o que vocês querem ouvir! Nós vamos trabalhar de forma correta pela cidade de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Mauro, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, quero saudar de forma muito especial muito carinhosa os servidores públicos que hoje lotam aqui as nossas galerias. Muitos mobilizados pelo sindicato, pelo Simpa, que se faz presente sempre que pautas visam retirar direitos, porque, nesta Casa, é isso que tem vindo: pautas para retirar direitos. Eu quero dizer que o Previmpa é um direito inalienável dos servidores públicos. Melo tem usado de salvo-conduto para arrochar, atacar os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. Aliás, essa tem sido a prática, não é a primeira vez, não é a primeira vez que Melo faz isso. E ele tem usado descaradamente as enchentes, que, desde o ano passado, têm abatido o nosso Estado, pois ele tem usado como desculpa, como justificativa, para fazer caixa, para fazer... E eu pergunto aos vereadores: para fazer o quê, Ver. Mauro? Porque, até agora, este governo só declarou intenções, não apresentou à cidade, não apresentou a esta Casa. Qual é o projeto? Qual é o plano que a Prefeitura tem para apresentar? Então, apresenta aqui um projeto para retirar dinheiro do Previmpa, portanto, dos servidores, para fazer o quê, gente? Esse projeto chegou aqui segunda-feira e hoje está na priorização. Eu quero perguntar de novo, Ver. Mauro, não é possível que 36 parlamentares deixem o governo Melo tratar esta Casa como um puxadinho seu, porque é assim que ele tem nos tratado, tratou-nos sempre assim – sempre assim. Nós ficamos sabendo de coisas pela imprensa – pela imprensa. O Ver. Mauro, Presidente desta Casa, é desrespeitado a cada projeto que Melo apresenta. É assim, tem sido assim. O Legislativo é tratado como um puxadinho: “Ah, eu tenho maioria, eu digo para o meu líder e para minha vice-líder, e os outros só acompanham, não expressam opinião.” Então, segue. Isso tem servido, gente, para esta Casa legitimar o desgoverno do Melo. Nós não podemos admitir, de

jeito nenhum. Contem conosco para fazer essa denúncia desta proposta que chega a esta Casa. Por fim, Presidente, quero aqui registrar que esta Casa aprovou, por unanimidade, um projeto que eu apresentei aqui, que visa salvaguardar os direitos das mulheres nas casas noturnas, nos ambientes de *pubs*, bares, restaurantes... Nós aprovamos o “Não é Não”, um projeto importante, que várias câmaras entraram, Assembleia Legislativa, Câmara Federal. Nós aprovamos! Assim como, a deputada Maria do Rosário aprovou no Congresso Nacional. Pois, ontem, foi regulamentado pelo governo Lula. Aí eu pergunto: e o governo Melo, por que não regulamentou essa lei ainda? Mais de um ano se passou, e o governo não teve tempo. Vamos supor. Não tem interesse nenhum em regulamentar ações que saiam desta Casa que não sejam as ações dele, porque é assim. Eu poderia citar aqui as inúmeras vezes que ele tratou esta Casa como um puxadinho. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Colegas vereadores, boa tarde! Boa tarde a todos que nos assistem pela TVCâmara e pelas redes sociais. O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, está fazendo absolutamente tudo que está ao alcance de um prefeito para que a cidade consiga ser reconstruída.

(Manifestações no plenário.)

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Quem não tem educação para ouvir as pessoas falando não deveria frequentar esta Casa, porque isto aqui é um Parlamento; e os senhores, pelo jeito, não têm nada para fazer de tarde. Continuando, o adesivo deveria ser “Fora Lula”, sabem por quê? Porque o Lula e toda a sua trupe de maracutaia e desgoverno prometem, vêm ao microfone e dizem “bilhões para o Rio Grande do Sul”. Não veio nada! Trezentos mil reais para reconstrução dos municípios! Isso é uma piada! É muita piada! E é muito

pior do que vocês podem imaginar. Mas pelo jeito vocês não leem, porque tem que vir a Ver.^a Cláudia aqui dizer que quem falou sobre os funcionários e a previdência foi o Lula, o “Lule”. Então, vão ler as notícias. É Fora Lula. Não é Fora Melo. O recurso não veio até agora. É só papo furado, só enrolação, mentira, papo para boi dormir! Sabem por quê? O recurso não vem, está no discurso, está na imprensa, mas não está na ponta. A miséria dos R\$ 5,1 mil para as pessoas é só o que veio, e bem pouquinho. Dos mais de 100 mil cadastros de Porto Alegre, menos de 30 mil já receberam. São R\$ 111 milhões que vieram para Porto Alegre dos bilhões que mentiram que viriam! Não vieram! Veio um pouco para a Secretaria Saúde e o restante é só papo furado, mas, pelo jeito, vocês adoram ser enganados, vocês curtem um papinho furado. É gente que é pau de manobra de sindicato. É isso que vocês são: pau de manobra de sindicato. Uma vergonha! Deviam cobrar Fora Lula, Fora “Lule”. É isso que vocês deviam estar cobrando. Vocês deviam estar cobrando seriedade desse governo mentiroso e falcatrua, que prometeu um monte de coisa. Os municípios do Rio Grande do Sul estão destruídos, estão à míngua, e vocês ficam aí sendo pau de manobra. É uma vergonha! Eu lastimo a incapacidade intelectual de vocês entenderem que quem não está mandando dinheiro é o governo federal. É realmente uma vergonha. É um desgoverno formado por inaptos e gente de má-fé. Muito obrigada.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Jonas?

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, uma questão de ordem. Acho que os vereadores desta Casa devem prestigiar o público que vem aqui acompanhar, mesmo depois de todo esse alagamento. A gente não deve provocar, acho que tem que respeitar!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está bem, vereador, está feito o registro. Mais algum vereador vai usar o tempo de liderança? Conforme combinado na reunião de líderes, vamos suspender a sessão agora para realizar a reunião conjunta das comissões, para tratar de vários projetos do Legislativo e do Executivo.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h44min.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): (14h48min.) Estão reabertos os trabalhos. Passo a palavra ao nosso diretor legislativo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apenas para fins de certificação, nós vamos abrir a pauta da 008ª Sessão Extraordinária.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Passamos à Pauta.

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão suspensos os trabalhos para a realização da reunião conjunta das Comissões, conforme acordo de líderes.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h59min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): (17h01min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLL n° 192/24 na priorização de votação da próxima sessão; e que seja a segunda matéria a ser apreciada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vamos colocar em votação o requerimento de autoria do Ver. Cláudio Conceição.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, apenas para encaminhar o requerimento, eu acho que seria bom o vereador dizer qual é o projeto, porque hoje, no colégio de líderes, a gente estabeleceu a priorização para segunda-feira. Esse projeto já está na priorização? Porque é o colégio de líderes que faz a priorização.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O requerimento que o Ver. Cláudio Conceição fez agora, é para o PLL n° 192/24, que prorroga por três meses os prazos administrativos de recursos que tramitam junto à EPTC, vencidos e vencidos a partir do dia 2 de maio até o dia 31 maio, e anula as multas de trânsito aplicadas pela EPTC relativas ao período de 2 de maio até o dia 31 de maio.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Então ele já está na ordem de priorização?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, ele vai para a Ordem do Dia, mas não estará na priorização, a menos que o requerimento...

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Eu vou votar "sim", não tem problema, mas eu só acho que a gente precisa manter a reunião de líderes como o foro onde a gente faz isso, mas não vou votar contra, é só para esclarecer.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cláudio Conceição. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores, vereadoras, pessoas que nos assistem, utilizo essa tribuna com um misto de surpresa e de tristeza pelos últimos acontecimentos promovidos pelo STF. Vivemos hoje, no Brasil, o que se pode chamar de uma das maiores afrontas constitucionais, qual seja: o desrespeito à separação dos poderes. Vale destacar que essa afronta está surgindo daqueles que têm como função principal proteger a nossa constituição. Isso fica evidente ao nos deparar com a invasão do STF na decisão da descriminalização do porte de maconha para o uso pessoal. Primeiro ponto que tem que ficar claro é que a competência técnica é da Anvisa e a competência legislativa é do Congresso Nacional. Essa decisão e esse comportamento do Supremo Tribunal Federal vai, no mínimo, gerar uma lacuna jurídica; toda lacuna gera insegurança jurídica. Esse tema possui um caminho próprio; essa discussão acontece através do processo legislativo, ou seja, essa é uma decisão que só pode se dar, repito, pelo processo legislativo, não por uma decisão judicial. A decisão judicial é uma consequência daquilo que se torna lei; por isso a importância da separação dos poderes. Agora sobre a descriminalização do porte da maconha, vamos lá, o Senado já aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição que considera crime o porte ou a posse de qualquer quantidade de droga; assim, ao descriminalizar o porte da maconha, o STF está indo contra a sociedade, pois essa decisão é contrária ao que já foi decidido no Congresso. Outro fator muito importante é a

consequência de fato dessa decisão do STF, isso é o que mais me preocupa como vereadora. Como vamos identificar se o porte da maconha é de fato para consumo próprio ou para um repasse. Pela decisão do STF, para consumo próprio o porte da droga não gera criminalização; já essa mesma quantidade de droga, na mão de alguém que vai repassar a um terceiro, é tráfico. Ou seja, existe um problema aqui, pois o STF, com essa decisão, cria, na verdade, uma justificativa para que traficantes se utilizem da lei para praticar o crime. O povo não elegeu juízes do Supremo para decidir pela população; o STF atropela o Legislativo com essa decisão equivocada. Um absurdo promover a liberação da maconha, que vai adoecer e destruir jovens e suas famílias para sempre. A saúde pública será agravada. Existe uma epidemia do *crack* no País. A maconha é a porta de entrada para drogas mais pesadas. Não podemos esquecer que a maconha entorpece o cérebro de um jovem adolescente que, muitas vezes, é levado pela turma de amigos a usar essa droga. A droga é uma substância que afeta o cérebro, forma uma memória de dependência química que não tem cura – toda família sofre com isso, não é só o dependente.

Eu quero aqui questionar, alto e bom som, o seguinte: perguntem a qualquer mãe que tenha um filho ou filha dependente de drogas se ela é a favor da liberação da maconha. São essas as pessoas que devem ser ouvidas, são essas as pessoas que sofrem as consequências de uma decisão irresponsável como essa. E, por isso, eu digo e repito: nós, como representantes do povo, legisladores, não podemos nos calar diante da invasão do Poder Judiciário; a Suprema Corte não foi eleita para falar pelo povo. Cinco ministros votaram pela liberação da maconha e usaram argumentos sem nenhuma base científica. Uruguai, que liberou a maconha, explodiu em violência, aumentou na criminalidade. Consumidores de maconha estão, neste momento, protegidos pelo Supremo, e são esses usuários que alimentam os traficantes. As drogas foram proibidas no mundo porque leva as pessoas a cometerem atos que colocam toda sociedade em risco. Esse assunto é muito grave e deve ser decidido, debatido pela população através de seus representantes que são os deputados e não os ministros, a quem cabe dizer se é constitucional ou não.

Lamentável uma decisão dessas. Eu repudio com veemência a decisão dos ministros do STF. Obrigada.

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, em exercício; vereadoras, vereadores. Hoje, em nome da minha bancada, eu quero lembrar todas nossas ações no governo municipal com nosso apoio, aqui do plenário, sobre a causa animal. Se tem um município que é exemplo para o País, é Porto Alegre. Não conheço um município que tenha atuado em 100 mil castrações, aprovadas, está no orçamento em andamento, e clínicas conveniadas para complementar estes procedimentos, junto com a unidade de saúde veterinária da Prefeitura. Com isto, concluindo esses 100 mil, deixarão de nascer mais de 3 milhões de animais. Por que eu registro isso? Porque se os prefeitos da Região Metropolitana, e até de outras cidades, mas para nós atingiu mais os da Região Metropolitana, tivessem um programa de controle populacional semelhante a Porto Alegre, nós não teríamos registrado aqui mais de 10 mil animais que foram para abrigos privados, para abrigos conveniados, referenciados pela Prefeitura, neste período da calamidade que foi a enchente 20/24. Então, aqui chegaram animais de várias cidades, nossas cidades lindeiras ou até mais distante, e agora nós temos que dar o encaminhamento considerando o bem-estar animal. Fala-se em um abrigo para 2 mil animais; é um desafio. Se nós já temos canil municipal para 130 animais e já é difícil administrar porque têm os cães bravios, têm os cães idosos, têm aqueles cães de porte pequeno e porte grande, e o certo é separar. Então o abrigo, o canil municipal deveria ser para uma passagem transitória, mas não é o que acontece. Com esses animais que estão aí, muitos já foram reencontrados pelos seus tutores, outros foram doados, mas ainda temos um número significativo. Então

todos estamos empenhados num voluntariado em abrigo, divulgando os animais para tentar reduzir este número lotado aqui em Porto Alegre.

Eu quero também me referir a um assunto que foi uma polêmica, que eu vi muita gente defendendo os animais, inclusive eu vi um vídeo que eu acho que é de inteligência artificial, mas criticando um projeto de lei que foi apresentado pelo governador. Eu não critico quem já fez pelos animais, eu critico determinados posicionamentos, quem não cumpre o que promete, mas eis que o PL era na intenção de encaminhar para a doação, porém, falou em pecúnia, e, ao falar em pecúnia, sabemos como é o comportamento nosso, de povo brasileiro, nem todos têm uma índole amável, uma índole boa, que vá adotar e permanecer com o animal. Sabemos muito dos abandonos, sabemos também dos maus-tratos, e isto é a nossa realidade. Então o PL foi tratado de uma forma até muitas vezes agressiva, mas, na defesa dos animais, para evitar abandonos. Então eu acho que quando se há toda essa crítica, o que um bom gestor, o que um político coerente faz? Chama as entidades. Foi o que foi feito hoje de manhã, em reunião com o governador, as entidades também atuaram em debates via *online* e presencial, e o PL foi suspenso para tentar adequar a uma outra situação para promover a adoção responsável. Estas informações eu adquiri numa audiência com o vice-governador, que é um médico veterinário, o Gabriel Souza, que está aberto a novas sugestões para minimizar todo esse desconforto. Já criaram um abaixo-assinado? Não há necessidade de assinar abaixo-assinado. O projeto está suspenso, e desejamos chegar a um consenso com as entidades, com entidades representativas, técnicos da área, e felizmente podemos seguir o barco. Outras feiras de adoção terão, como a que foi feita na Redenção, com a doação de 200 animais. Então é isto que buscamos, o bem estar animal e trabalhar em conjunto com os representantes, os gestores e as entidades. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Dani Morethson está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DANI MORETHSON (PSDB): Boa tarde, vereador; boa tarde, vereadoras; boa tarde a todas as pessoas que estão aqui no plenário. Hoje, eu assumo o lugar do nosso querido Ver. Moisés Barboza, que pela segunda vez nos cede esse espaço também por sexta-feira ser o Dia do Orgulho LGBT e por eu ter sido um lutador e defensor da causa, independentemente de estar dentro das comunidades trabalhando, atuando. Também estive à frente à Diretoria de Diversidade do Estado, onde, com muita honra, nós fizemos políticas públicas efetivas para a população LGBT. Eu gosto muito de frisar aqui que a pauta LGBT não é nem da esquerda e nem da direita, ela é uma pauta civilizatória, é uma pauta de todas as pessoas, onde o respeito tem que estar acima de tudo. As nossas individualidades partidárias, ideológicas são nossas, a causa é no coletivo. E saio do governo do Estado, Ver. Gilson Padeiro, deixando lá o primeiro mapeamento da diversidade no Estado do Rio Grande do Sul. É o único Estado do Brasil que vai ter o mapeamento para ver o número de pessoas LGBT existente aqui no Estado. Também lá fizemos um decreto de cotas para a população de travestis e transexuais nos concursos públicos; também criamos a rede de proteção à população LGBTQIA+ no Estado do Rio Grande do Sul, onde a Prefeitura de Itaqui foi a primeira Prefeitura a assinar. Lá, o prefeito mandou para a Câmara de Vereadores o projeto de lei que cria a cota para a população de travestis e transexuais no serviço público municipal se equiparando ao Estado. Mas, além disso, eu estou muito tranquilo hoje, aqui, de estar ao lado dos meus colegas da bancada, Ver. Gilson Padeiro, a quem eu cumprimento; Ver. Aldo também, porque hoje é um dia especial para nós, tucanos, hoje faz 36 anos que nasceu o PSDB. O partido que criou os maiores programas sociais do Brasil, que depois foram se unificando por outros nomes, e que bom que isso aconteceu, mas não é bom esquecer que quem criou os programas sociais fomos nós do PSDB, com o vale gás, o vale leite, e quem é antigo lá se lembra, além do nosso querido Plano Real que fez uma estabilidade financeira. E é assim que nós, tucanos, trabalhamos, com a responsabilidade social, mas nunca nos esquecendo da responsabilidade fiscal, porque a gente sabe que o dinheiro não

é público; o dinheiro é dos pagadores de impostos. Executivo não cria moeda, Executivo não cria dinheiro público. Agradeço aqui a todas as comunidades que, na eleição passada, acreditaram e agora estão se fortalecendo, ao Recanto dos Gaudérios, ao beco Tabajara, ao Canudos, ao Morro da Embratel, ao bairro Graciliano, à Cascata, ao bairro Ipanema, a toda essa população que acreditou no nosso trabalho, que sabe que é um trabalho sério, sem ódio de nenhum lado, porque não existe, Ver.^a Nádia, homofobia do bem. Isso é muito bom de falar, eu não estou aqui para disputar espaço com vereador nenhum, eu estou aqui para acrescentar ao espaço, eu estou aqui para acrescentar a pauta LGBT e as pautas de pessoas em vulnerabilidade social. Eu não estou aqui para disputa de ego, eu não estou aqui para fazer rivalidade, eu não estou aqui para discutir ideologia; eu estou aqui neste mandato para discutir a cidade de Porto Alegre que é para todas as pessoas, LGBTs, pessoas negras, pessoas cisgênero, não fazendo nenhum tipo de desigualdade, Ver. Adeli, nenhum tipo de exclusão, porque, saibam vocês que o único abrigo LGBT que existe, esse que foi aberto agora nas enchentes e que não foi visitado por muita gente, foi o abrigo Renascer, da Abraf, a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas, da qual eu faço parte também. E gostaria de mandar um beijo para meu esposo que, infelizmente, não pode estar aqui, está trabalhando lá com a Valéria Leopoldino, nossa primeira-dama do Município, sempre na rua, sempre com a comunidade. E quero dizer a todos que sexta-feira é o dia do respeito, sexta-feira é o dia do amor. Mas botem isso na cabeça: todos os dias são os nossos dias. É para isso que nós existimos, é para isso que nós estamos aqui. A nossa pauta, eu vou repetir, é civilizatória e é por todas as pessoas. Muito obrigado.

(O Ver. Adeli Sell assumiu a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Vereadora Karen Santos, por favor.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde colegas vereadores, público das galerias, eu subo na tribuna para reiterar a denúncia de que nós

temos uma lei aprovada no Município de Porto Alegre que destina os imóveis vazios do nosso Município prioritariamente para moradia das pessoas que foram atingidas pelas enchentes, e desde que aprovamos essa lei, faz mais de uma semana, nós não tivemos nenhum tipo de iniciativa por parte do governo Melo de fazer esse mapeamento e convocar uma reunião técnica de trabalho, para dar uma destinação para as pessoas que ainda não têm para onde voltar. Eu digo isso, porque, dois dias atrás, nós tivemos uma situação de violência por parte do governo Eduardo Leite em relação ao movimento social que organiza a demanda por moradia no nosso Município e no nosso Estado, e essa situação tende a escalar. Nós já temos diversas ocupações acontecendo na cidade de Porto Alegre. Reitero: as pessoas ocupam não porque querem, as pessoas ocupam por uma necessidade objetiva de morar, que é um direito constitucional inclusive. E há uma lei municipal que vem sendo negligenciada por uma opção deste governo. Então, é muito importante a gente ser solidário àqueles e àquelas que estão colocando seus corpos na disputa política por uma necessidade e um direito humano à dignidade, e também salientar: imóveis do nosso Município que, inclusive, o nosso mandato vem reivindicando, como a sede da Epatur, por exemplo. Nós tivemos duas decisões judiciais favoráveis à suspensão daquele leilão por se tratar de um território histórico utilizado pela comunidade negra. A gente vem fazendo a disputa política e a tentativa de diálogo com este governo sobre a instalação do Museu do Negro na nossa cidade, também uma lei aprovada há mais de dez anos no Município de Porto Alegre, que, por uma decisão do governo de plantão, não é cumprida. Infelizmente, na nossa cidade, a gente tem diversas leis, toda segunda, toda quarta, nós produzimos leis dentro deste Parlamento, só que algumas são escolhidas para serem cumpridas e outras não. Está aí a injustiça, e está aí a desigualdade na forma de tratamento em relação às prioridades do nosso povo. Morar é uma prioridade, ter o direito à memória e à reparação, do nosso ponto de vista, é uma prioridade. E a gente não consegue ter nenhum tipo, por mais que tivemos uma vitória de aprovar essas alterações neste plenário, não adianta só aprovar as alterações neste

plenário, porque o Executivo simplesmente escolhe aquilo que quer executar e aquilo que prefere botar debaixo do tapete.

Quero saudar os movimentos de luta que estão fazendo a mobilização e a luta política, de fato, na nossa cidade, que é na rua. O espaço mais democrático que a gente tem para tensionar e para ter vitórias reais e concretas é na rua. Nesse sentido, saúdo a ação do MLB no Palácio da Polícia, porque chamou a atenção do governador para um problema que cotidianamente eu venho denunciando nesta tribuna. Mas é preciso, sim, ter ações diretas para que a gente consiga dar visibilidade para essa injustiça que está acontecendo na nossa cidade.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Obrigada, vereadora. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Adeli Sell, meus caros colegas; a Ver.^a Karen Santos, do PSOL, sobe aqui para elogiar a ação do MLB no Palácio Piratini, onde houve confronto direto com a Brigada Militar. Um brigadiano levou um soco no rosto, perdeu um dente, e o pior de tudo, a grande injustiça, palavra que ela mesmo utilizou, é carregar uma criança de colo para dentro de um tumulto, de uma confusão no palácio do governo do Estado. É mais do que uma injustiça, é uma covardia, é um crime contra as crianças que estavam ali sendo expostas na sua integridade, na sua segurança. Eu não sei o que passa na cabeça de um pai, de uma mãe... Não o fato de fazer a disputa política, como ela mencionou, disputa política é algo legítimo, agora carregar o próprio filho de dois, três, quatro anos de idade para o meio de um confronto com a Brigada Militar, utilizar o próprio filho, sobrinho, aquela criança como escudo humano é de uma covardia sem fim. Então ao MLB não cabe aqui nenhuma fala de apoio ou de reconhecimento, mas, sim, de repúdio por oportunizar que crianças sirvam como escudo humano. Da mesma forma, vir aqui falar sobre a lei que não determina, mas que autoriza o Município a utilizar prédios públicos na cidade para requalificá-los, para oportunizar que eles sejam utilizados como moradia, *ok*, isso eu também concordo; agora, prédios públicos que passem

pelas devidas reformas de segurança para garantir a integralidade daquelas pessoas que lá estão buscando o direito de moradia. Colocar pessoas, assim como se colocou na Pousada Garoa, sem qualquer critério, sem qualquer fiscalização não é digno. Quem criticou a Pousada Garoa, assim como eu critiquei, também deve criticar essas invasões patrocinadas e coordenadas nacionalmente por grupos como o MLB e o MTST, senão é hipocrisia, senão uma vida vale menos do que a outra – isso nós não podemos admitir dentro desta Casa e nesta tribuna.

A Ver. Karen Santos, do PSOL, também falou que a situação das invasões em Porto Alegre tende a escalar. Eu considero isso uma ameaça, porque nós sabemos, sim, que as pessoas que invadem um prédio estão lá fazendo o que ela própria mesmo disse: luta política! Porque, se ela e esses movimentos respeitassem de fato a lei, respeitassem de fato a luta por moradia, por exemplo, exigiriam o que a mesma legislação – que a Ver.^a Karen Santos, do PSOL, falou – prevê, por exemplo, a prioridade de mulheres, de famílias chefiadas por mulheres no momento de se buscar a habitação. Ou vocês vão me dizer que lá dentro agora do prédio do INSS existe um cadastro feito, discutido com a assistência social do Município, com o DEMHAB, com a Prefeitura de Porto Alegre, com governo do Estado, com governo federal? Existe lá a priorização daquelas famílias que de fato foram atingidas pela enchente, que de fato estão sendo comandadas por mulheres, ou não? Ou, na verdade, lá dentro tem é militantes políticos, inclusive vindos de São Paulo, sob a coordenação do MTST, pura e simplesmente para instaurar na cidade uma agenda de invasões de prédios públicos e privados, utilizando-se da tragédia da enchente para, mais uma vez, impor uma agenda política na cidade, uma ameaça, ou, como ela diz, uma tendência de escalada.

Então, no momento da luta por moradia, eu me somo a todos aqueles que, por muito e muito tempo, lutaram em reuniões no Orçamento Participativo, em associações – para concluir, Presidente –, entidades, e que muitas vezes foram ludibriados, enganados, mentiram para essas pessoas ao longo de décadas, tanto aqui no Município quanto no Estado, e principalmente no governo federal,

com programas à *la* Minha Casa, Minha Vida, que nunca saíram do papel e estão hoje com obras inacabadas; e as que foram concluídas, dominadas pelo tráfico de drogas. Obrigado, Presidente.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Questão de ordem, presidente. Presidente, uma inverdade que foi falada na tribuna pelo Ramiro Rosário é que houve agressão. Tem inquérito aberto e as imagens e gravações, e vai ter investigação nesse sentido, mostram que o manifestante foi mordido pelo policial. Tem inquérito aberto, isso vai ser acompanhado. O que não dá é utilizar da tribuna para espalhar inverdades, ainda mais um governo que não fez uma casa sequer em quatro anos; em oito anos, né?! Porque ele é do PSDB, desde o Marchezan Porto Alegre não construiu uma casa. Então, por favor, hipocrisia sua.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Estão abertos os canais para dar presença para a Ordem do Dia.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, eu gostaria de solicitar verificação de quórum.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Nós estamos fazendo a verificação de quórum, neste momento. Assim que a gente abre os canais, estamos fazendo a verificação de quórum para a Ordem do Dia. Por favor registrem suas presenças. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Não há quórum neste momento porque apenas 15 vereadores registraram sua presença. Estamos dando por encerrada a sessão desta quarta-feira. Obrigado e boa tarde.

(Encerra-se a sessão às 17h34min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *